



HISTÓRIA, “DETERMINAÇÃO DO FATOR ECONÔMICO” E MÉTODO A PARTIR DE MARX¹

History, 'determination of the economic factor,' and method from Marx

SANTOS, Leonardo Moreira dos²

NOVAIS, Liliâne Capilé Charbel³

RESUMO

O presente artigo busca apresentar o conceito de história e o debate sobre a “determinação do fator econômico” a partir de Marx e Engels, relacionando-os entre si e estabelecendo sua importância na construção de um método de pesquisa baseado na teoria social fundada pelos dois autores. Para tanto, expõe-se a compreensão de Ontologia do ser social, sobre as estruturas sociais das sociedades de classe e então defende-se que as categorias alienação, fetichismo da mercadoria e reificação têm destaque para a compreensão da relação entre a práxis humana e as estruturas sociais das sociedades divididas em classes sociais, sendo, assim, chave heurística indispensável para fugir de leituras estruturalistas ou simplificadoras do real. A metodologia adotada é a revisão de literatura com base em pesquisa sobre a temática.

Palavras-chave: História. Método. Marxismo.

ABSTRACT

The present article aims to present the concept of history and the debate on the "determination of the economic factor" from the perspective of Marx and Engels, relating them to each other and establishing their importance in constructing a research method based on the social theory founded by the two authors. To this end, it explores the understanding of the ontology of social being and the social structures of class societies, arguing that the categories of alienation, commodity fetishism, and reification are crucial for understanding the relationship between human praxis and the social structures of societies divided into social classes. Thus, these categories serve as an indispensable heuristic key to avoid structuralist or overly simplistic readings of reality. The methodology adopted is a literature review based on research on the subject.

Keywords: History. Method. Marxism.

¹ O presente artigo não foi anteriormente submetido para avaliação, ou apresentado. É resultado dos debates no âmbito de projeto de pesquisa para tese de doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, com fomento financeiro a partir de bolsa de Demanda Social da CAPES.

² Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Assistente Social. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Email: leonardo.santos@ufmt.br

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Assistente Social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Email: liliane.novais@ufmt.br

1 INTRODUÇÃO

Estudar os fundamentos e as correntes teóricas de qualquer das muitas disciplinas acadêmicas no interior das Ciências Humanas e Sociais passa, necessariamente, se for feito de forma séria e sem preconceitos, pelas contribuições da teoria social fundada por Karl Marx e Friedrich Engels. A despeito da queda de interesse e influência que essa teoria passou nos estudos acadêmicos, nas últimas décadas, ainda é evidente que influenciou os seus rumos, sobretudo, em meados do século XX.

Um dos temas mais debatidos em relação à herança teórica (e política) legada pela bastante plural perspectiva, que ficou conhecida como materialismo histórico-dialético, tanto em seu interior quanto na interlocução com outras perspectivas teóricas, é o papel do “fator econômico”, ou do “setor produtivo”, ou das “forças produtivas”, ou ainda do “determinismo econômico”, etc. Como se nomeia a questão, inclusive, costuma fazer parte da forma como cada interlocutor se insere nessa seara.

Para compreender a relevância deste tema basta dizer que a defesa do materialismo contra o idealismo e da importância de se dedicar aos estudos da Economia Política, na década de 1840, foi eixo central do distanciamento de Marx e Engels do hegelianismo e da fundação da sua teoria social (Frederico, 2009; Netto, 2020). Vale lembrar, ainda, que mal se iniciava a conformação do marxismo enquanto corrente política, no seio dos partidos social-democratas europeus do século XIX e da II Internacional (1889 – 1916) e já havia essa querela como um dos pontos centrais de divergência, debate e mesmo de formação de correntes distintas (Braz, 2011). Por fim, mas não menos importante, o assunto tem sido usado como um dos argumentos centrais da contestação (parcial ou total) do marxismo como perspectiva teórica de explicação da realidade, concomitantemente e de forma interligada, à crise de formas políticas organizativas que tinham a sua história bastante entrelaçada com o marxismo, como os partidos (os de esquerda em geral e os comunistas em particular) e os sindicatos (Anderson, 1987).

Quando Marx e Engels constroem as bases dessa nova teoria social se tem, como afirma Frederico (2009), pela primeira vez, um deslocamento do eixo de funcionamento da realidade, que não mais se move, prioritariamente, a partir do desenvolvimento das ideias, mas sim a partir das mudanças materiais. E a perspectiva de transformação, pela primeira vez, não é mais esperada da intelectualidade, mas agora da classe operária.

No que tange às divergências no interior da II Internacional, basta assinalar que essa Associação caminhou para uma forte influência do positivismo em suas formulações hegemônicas (Netto, 2015), produzindo o que ficou conhecido como revisionismo das formulações marxianas. Uma revisão central ocorre no determinismo econômico proposto, sobretudo por Bernstein, defendendo que a evolução das forças produtivas levaria, obrigatória e necessariamente, ao fim do capitalismo. Tal proposição tinha consequências políticas sérias, como o fim da crença na ruptura revolucionária e a esperança de que reformas no bojo do Estado capitalista acumulariam, sucessivamente, na construção de um Estado socialista, sem rupturas drásticas (Braz, 2011).

Tais divergências irão se intensificar até 1914, quando o apoio da maioria dos partidos social-democratas aos créditos de guerra levará a um racha definitivo que marcará boa parte da divisão das organizações da classe trabalhadora, a partir de então, com relevo para as diferenças entre social-democratas e comunistas.

Com a Revolução Russa de 1917, a crise capitalista de 1929, as lutas anticolonialistas na África e Ásia, entre outros fatores, houve um crescimento bastante razoável da influência do marxismo no interior das Ciências Sociais e Humanas institucionalizadas nas Universidades.

Em algumas áreas acadêmicas específicas, por uma ou duas décadas, o materialismo histórico-dialético chegou mesmo a desfrutar de um *status* hegemônico. Tal movimento, contudo, não teve longa, na segunda metade do século XX, a crise do marxismo atingiu em cheio esse prestígio acadêmico e, também, e talvez principalmente, tenha sido contestado como orientador das lutas sociais (Anderson, 1987; Evangelista, 1992). Alguns aspectos explicativos podem ser encontrados, entre os principais: 1) o acirramento do caráter autocrático que a burocracia estatal assume na União Soviética (URSS) e no movimento comunista internacional, por meio principalmente da Internacional Comunista (Braz, 2014; Claudín, 2013); 2) o engessamento teórico que o marxismo-leninismo oficial da União Soviética (URSS) imprimiu a essa teoria social, seja por imposição direta ou por influência política indireta (Netto, 2015); 3) o sucesso (nos países centrais) da economia capitalista e das suas políticas sociais no após a II Guerra Mundial (Behring; Boschetti, 2011); 4) a ascendência da cultura pós-moderna e suas variantes a partir da crise capitalista da década de 1970 (Harvey, 2006).⁴

Nessa derrocada, o conjunto de críticas e contestações são bastante amplos e diversificados, mas sem dificuldades pode-se elencar a acusação de determinismo econômico como basilar nesse contexto. Seja na argumentação de que a teoria social de Marx cumpriu um papel em outro momento histórico, mas com as mudanças societárias do século XX, o “fator econômico” marxista não consegue mais explicá-la; seja entre os que asseguram que Marx e Engels já estavam equivocados em seu tempo.

Assim, a “determinação do fator econômico”, como uma vez chamou Engels (1968)⁵, sempre esteve em espaço privilegiado do debate sobre método e/ou história (mas também nas apaixonadas disputas políticas no interior das organizações da classe trabalhadora), como já visto, esse aspecto está longe de ter unanimidade, mesmo no interior do marxismo (quase nenhum assunto o tem). Dessa forma, se apresenta aqui uma articulação deste importante aspecto da teoria social marxiana tentando demonstrar a sua complexidade, os seus desdobramentos e a sua potencialidade para a definição do conceito de história e para o método de pesquisa em uma perspectiva marxista.

Marx e Engels (2009) sustentaram que a ciência se dividia, basicamente, em duas, as da natureza e as de estudo da história. Ressalte-se que isto ocorreu em uma época em que a ciência se configurava de forma muito distinta da departamentalização acadêmica que adquiriu ao longo do século XX, destarte, fica evidente que os autores de “A ideologia alemã” não se referiam aqui a área de História como a que se conhece hoje, que se definirá posteriormente, mas a algo bem mais amplo, que costuma se designar atualmente como o conjunto das Ciências Sociais e Humanas.

De todo modo, é salutar observar que os autores não sinalizaram para o estudo da sociedade, mas sim da história! Ora, na departamentalização das ciências ocorrida, posteriormente, é bastante conhecido que Marx é reclamado em diferentes áreas, mais especialmente, ficou conhecido como um dos “fundadores” da Sociologia. Desse modo, recuperar essa definição de Marx, de que a ciência é, na verdade, a História, vale para reafirmar que sua produção não

⁴ Não se têm condições de desenvolver melhor neste artigo este movimento sócio-histórico do marxismo ou mesmo os acontecimentos mencionados, assim, nas referências citadas junto de cada tema se tem tanto um ponto de partida como um tratamento mais desenvolvido de cada assunto.

⁵ Engels, em carta a Starkenburg, afirma que “Consideramos as condições econômicas como o aquilo que condiciona, em última instância, o desenvolvimento histórico. Mas, a própria raça é um fator econômico. Muito bem. Há aqui, porém, dois pontos que não devem ser desprezados. A) O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc. assenta-se sobre o desenvolvimento econômico. Nada obstante, todos esses reagem também uns sobre os outros e sobre a base econômica. Isso ocorre não porque a situação econômica seja a única causa ativa e todo o resto, apenas efeito passivo. Mas sim trata-se, pelo contrário, da interação, fundada na necessidade econômica que se impõe sempre, em última instância [...]”.

se enquadra nessa divisão atual, como também para compreender que a exigência de historicização dos estudos sobre a sociedade é uma pedra angular da sua teoria social.

Entre as muitas contendidas teóricas que Marx e Engels estabeleceram, ao longo da vida, um argumento recorrente é de que os teóricos com os quais dialogavam, frequentemente, tratavam seus objetos de forma a-histórica. Isso vale tanto para a categoria de “realização do espírito absoluto” em Hegel como para a naturalização de conceitos da economia política inglesa, que eram utilizados para explicar outros contextos históricos.

Diferente dos demais “pais” da Sociologia, em Marx não há a intenção de fundar uma nova área de conhecimento, é bastante conhecida a formulação de Lenin (2004) que elenca três fontes constitutivas do marxismo: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. Também se pode buscar em seus estudos aportes da Antropologia, Geografia e mesmo da Literatura.

Essa influência não é apenas de Marx, por mais que nesse autor ocorra ampla e profundamente, sendo fruto do desenvolvimento teórico próprio do Iluminismo e pode se observar nos principais autores desse período histórico. É interessante realçar que os estudos desenvolvidos por esse autor primam por uma preocupação historiográfica acurada, seus estudos buscam as leis (tendências) internas de seu objeto, assim como o seu desenvolvimento histórico ou a possibilidade desse.

Netto (2020) defende que há em Marx a fundação de uma nova teoria social, marcada pelo estudo da emergência, dos fundamentos, do desenvolvimento e da possibilidade de superação do modo de produção capitalista. Essa compreensão é bastante variada no interior do marxismo, seus próprios fundadores não deixaram obras específicas sobre método, assim, qualquer interpretação parte tanto da leitura das páginas sobre método encontrado em sua vastíssima obra, quanto da análise do seu processo de pesquisa.

De modo que, se a teoria social fundada por Marx é voltada para a compreensão dos principais determinantes da totalidade social, que é o modo de produção capitalista, já é certo que não há, em Marx, o desenvolvimento de uma teoria que dê conta da história como um todo, muito menos dos estudos da natureza, como queria o marxismo-leninismo oficial da Internacional Comunista (Braz, 2014).

Isso não significa que essa teoria social não tenha uma concepção de homem, de sociedade, de história e de princípios metodológicos, etc., essa os tem, e essas contribuições dos seus autores clássicos estabelecem um método de pesquisa que tem embasado toda uma tradição teórico-política até os dias de hoje, assim como tem influenciado, teoricamente, autores que não necessariamente se reivindicam como legatários de sua tradição. Desde que Marx e Engels publicaram os primeiros escritos, existem mais de 150 anos de estudos que têm dialogado, desenvolvido, polemizado e ampliado, mas também falseado e distorcido a compreensão de Mundo, homem, sociedade e história. Veja-se, em linhas gerais, qual é essa compreensão.

2 “Quem fez o mundo fomos nós, os pedreiros”⁶

De fato, em Marx, há uma compreensão de homem e de sociedade que são basilares para um método de pesquisa. Lukács (2012) denominou-a de Ontologia do ser social e essa está calcada no entendimento de que a História nada mais é do que a autoconstrução do ser social, sendo o trabalho compreendido como a relação do ser humano com a natureza, a categoria central para essa autoconstrução.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (Marx, 2013, p. 255-256).

Ora, o trabalho aqui é entendido como ação própria do ser social, não comparável com qualquer outra capacidade animal, que é instintiva, geneticamente determinada. O trabalho comporta em si uma capacidade teleológica, de prévia ideação daquilo que se tem como objetivo, mas também de compreensão dos instrumentos e da causalidade disponíveis para a sua realização (Lukács, 2013).

Mas a existência do casaco, do linho e de cada elemento da riqueza material [stofflichen Reichtums] não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias especiais específicas a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 2013, p. 120).

É pelo processo cumulativo de domínio e transformação da natureza para satisfazer as suas necessidades que o ser social se cria e recria em sociedade, erigindo uma “natureza social”. O indivíduo é um componente da natureza, isso é uma característica não eliminável, contudo, a partir do trabalho segue-se criando uma “natureza social”, constituindo-se a partir de características próprias, que não estão dadas na natureza. Por meio do trabalho as pessoas dão respostas novas às carências, ou necessidades, de forma criativa, racional e projetiva.

O resultado do trabalho é uma produção/mudança na realidade que (a despeito de coincidir inteiramente ou não com aquilo que foi previamente idealizado no âmbito da consciência) satisfaz uma necessidade e muda a forma de vida dos seres humanos, abrindo a possibilidade de novas necessidades. Há, aqui, uma independência progressiva do ser humano das suas necessidades animais, mesmo que essa independência não possa ser total, já que permanece

⁶ Trecho do conto A origem do mundo: “A guerra civil da Espanha tinha terminado fazia poucos anos, e a cruz e a espada reinavam sobre as ruínas da República. Um dos vencidos, um operário anarquista, recém-saído da cadeia, procurava trabalho. Virava céu e terra, em vão. Não havia trabalho para um comuna. Todo mundo fechava a cara, sacudia os ombros ou virava as costas. Não se entendia com ninguém, ninguém o escutava. O vinho era o único amigo que sobrava. Pelas noites, na frente dos pratos vazios, suportava sem dizer nada as queixas de sua esposa beata, mulher de missa diária, enquanto o filho, um menino pequeno, recitava o catecismo para ele ouvir. Muito tempo depois, Josep Verdura, o filho daquele operário maldito, me contou. Contou em Barcelona, quando cheguei ao exílio. Contou: ele era um menino desesperado que queria salvar o pai da condenação eterna e aquele ateu, aquele teimoso, não entendia. — Mas papai — disse Josep, chorando — se Deus não existe, quem fez o mundo? — Bobo — disse o operário, cabisbaixo, quase que segredando —. Bobo. Quem fez o mundo fomos nós, os pedreiros.” (Galeano, 2002, p. 11-12).

sendo parte constitutiva da natureza e suas necessidades imanentes, ao mesmo tempo em que há um desenvolvimento progressivo da complexidade do mundo social.

Portanto, se quisermos apreender a reprodução do ser social de modo ontologicamente correto, devemos, por um lado, ter em conta que o fundamento irrevogável é o homem em sua constituição biológica, em sua reprodução biológica; por outro lado, devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana; desse modo, também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana. Evidencia-se aí o processo do afastamento da barreira natural (Lukács, 2013, p. 171).

Por meio do trabalho, os indivíduos satisfazem as carências transformando a natureza e a si mesmos nesse processo, o que abre margem para o surgimento de novas necessidades. Pode-se afirmar, então, que mesmo as carências aparentemente mais naturais são humanizadas, são próprias do ser social. “Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua, com mão, unha e dente” (Marx, 2011, p. 47).

É necessário mencionar que esse processo histórico é marcado pela vida em sociedade, e as pessoas, enquanto espécie, sempre tiveram uma vida coletiva e só constituem essa “natureza social” em relação com a natureza, mas também com a relação coletiva, com os demais seres humanos.

A coletividade tribal que surge naturalmente, ou, se preferirmos, o gregarismo, é o primeiro pressuposto — a comunidade de sangue, linguagem, costumes etc. — da apropriação das condições objetivas da sua vida e da atividade que a reproduz e objetiva (atividade como pastor, caçador, agricultor etc.) (Marx, 2011, p. 380).

Nesse processo se desenvolve uma série de características próprias do ser social, como a comunicação, a linguagem, a consciência, o conhecimento (também esse cumulativo), a progressiva universalidade, etc. Destarte, fica evidenciado que o desenvolvimento da sociedade vai bem além da transformação da natureza, a complexidade do ser social é tal que uma série de ações são necessárias para organizar e manter a sociedade. Pense na administração pública, na educação, na arte, na produção de conhecimento científico, etc. A lista é inumerável. A esse conjunto de ações, especificamente humanas, chama-se de práxis. O trabalho é, então, a categoria fundante do ser social, é também práxis, mas a práxis vai muito além do trabalho, a despeito de conter todas as suas características (teleologia, prévia ideação, objetivação, causalidade, etc.). Resumidamente: práxis é o conjunto de ações propriamente humanas, do qual o trabalho faz parte, mas que vai além e é mais complexo que este.

A história humana emerge aqui como construto dos próprios homens, como resultado e processo das ações dos indivíduos na produção de suas condições materiais de existência. Essas ações ocorrem sempre por meio de um conjunto cada vez mais complexo de relações sociais que respondem, ao fim, pela produção dos valores de uso e dos bens espirituais necessários à existência individual e coletiva. À atividade responsável pela produção da história o autor chamou de práxis (Macário, 2013, p. 173).

A História, assim, é a autoconstrução do ser social ao longo do tempo. Essa, por si só, não possui e não pode possuir teleologia, prévia ideação, objetivos, etc., essa é a síntese, e não a somatória, das ações humanas individuais e coletivas, essas sim, pautadas por necessidades e pela satisfação dessas necessidades. Nesse nível de compreensão já se pode afirmar que

as condições materiais pautam as necessidades humanas, “sejam elas do estômago ou da imaginação”, para usar uma expressão de Marx (2013, p. 113).

Contudo, se está ainda em um nível muito abstrato de tratamento da História. Tem-se clareza que só muito recentemente se pode tratar de uma História global, no sentido de que a produção e reprodução da vida humana têm um desenvolvimento mais ou menos comum em todo o Mundo. Para o que aqui interessa, basta dizer que o ser social se desenvolve materialmente e cria também um conjunto de relações sociais que organizam a vida em sociedade.

Na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independente da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (Marx, 2008, p. 47).

A analogia com base e superestrutura, talvez, tenha sido um dos principais combustíveis para as distorções e ataques à concepção materialista de História de Marx. As críticas que recebeu ainda durante a sua vida, ele respondeu da seguinte forma:

É claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica por que lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal (Marx, 2013, p. 157).

Engels, que por ter vivido mais que seu amigo e ter presenciado tais distorções, já no seio da II Internacional, trouxe uma resposta um pouco mais elaborada:

Segundo a concepção materialista, o fator determinante da história é, em última análise, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu, alguma vez afirmamos outra coisa. Se alguém pretender deformar esta frase, até levar a dizer que o fator econômico é o único determinante, transforma-a em uma proposição vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e os seus resultados, (...) exercem também ação no curso das lutas históricas, e em muitos casos determinam-lhes a forma de modo preponderante. Há ação e reação de todos esses fatores, no seio dos quais o movimento econômico acaba necessariamente por abrir caminho, através da multidão infinita de acasos (Engels, 1974, p.38).

Em resumo, o desenvolvimento do ser social comporta uma forma de organização das forças produtivas (transformação da natureza) e das relações de produção (ação sobre a própria sociedade) que, em conjunto, conformam o Modo de Produção de determinado período e em determinado local, já que só como o modo de produção capitalista se pode falar de um modo de produção realmente globalizado.

Assim, a categoria modo de produção surge em Marx pela necessidade de historicizar a evolução do ser social. A forma de produção da Europa, dos séculos XVIII e XIX e, conseqüentemente, as categorias da economia política clássica, não eram as mesmas da Europa feudal, ou do modo de produção escravista do Império Romano, etc.

Haja vista, como já mencionado, Marx não estava construindo uma proposta de metodologia generalizadora de pesquisa ou, nas palavras de Lenin (2011, p. 201): “Se Marx não nos deixou a Lógica (com L maiúsculo), deixou-nos a lógica de O capital”, não há também em sua produção um desenvolvimento completo do conceito de modo de produção abarcando o

conjunto de experiências de sociedades existentes, seu foco ocorre na História europeia, e distanciando-se dessa sua proposta de compreensão dos modos de produção existentes se torna menos precisa, pouco detalhada, com generalizações imprecisas. Basta ver sua conceituação de modo de produção asiático, por exemplo (Hobsbawm, 2013).

De todo modo, o embasamento histórico-ontológico que norteia as pesquisas de Marx traz a compreensão de homem e sociedade acima descritos, e no conceito de Modos de produção há uma certa validade histórica geral da forma de organização do ser social, e mesmo que isso diga muito pouco sobre a particularidade dessas sociedades. É salutar lembrar que os modos de produção escravista e feudal, os dois mais tratados por Marx, além do objeto de seu estudo, são períodos históricos de longuíssima duração, milenares mesmo, além de abrangerem um espaço territorial bastante largo, com grandes variações, sendo um pressuposto importante e contribui para análises que fujam da presentificação do passado, por exemplo.

Há, ainda, uma outra potencialidade, em especial, para os estudos historiográficos, mas não só imanentes à compreensão sobre os modos de produção existentes ao longo do desenvolvimento do ser social. Trata-se do estudo das transformações sociais de larga escala, das transformações revolucionárias das relações de produção e o desenvolvimento qualitativo das forças produtivas de uma sociedade ou, em outras palavras, as mudanças mais significativas da organização da vida social.

A partir de Marx se compreende que há no desenvolvimento do ser social uma evolução constante das forças produtivas, há um desenvolvimento constante do domínio do ser humano sobre a natureza, ou ainda, há um aperfeiçoamento progressivo da produção material da vida social. Destarte, isso já estava implícito na compreensão apresentada anteriormente de que a transformação da natureza é uma resposta às necessidades humanas e essa transformação gera novas necessidades.

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social (Marx, 2008, p. 47).

A práxis, que age não só sobre a natureza, mas também na construção da sociedade como um todo, gera um tipo de organização social da vida. Acontece que essa organização da vida em sociedade é baseada na manutenção da própria sociedade, mesmo que com contradições. Pense-se, como exemplo, no papel do direito à propriedade privada presente em praticamente todas as Constituições modernas para a manutenção do modo de produção capitalista, ou no papel da Igreja Católica, enquanto instituição, para a preservação do modo de produção feudal, etc.

Segundo Marx, chega-se a um momento em que as relações de produção se tomam uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, a forma de organização da própria sociedade se transforma em um impeditivo para a continuidade da sua evolução material (mas não só), do seu domínio sobre a natureza, da construção do ser social que cada vez mais se desenvolve de forma independente dos desígnios naturais.

Outro aspecto que leva a uma compreensão determinista, tanto por parte de setores do marxismo como por parte daqueles que o criticam, é o entendimento segundo o qual o entrave da evolução das forças produtivas gera, necessariamente, uma transformação revolucionária das relações de produção, isso quer dizer que haveria uma certa teleologia na História

humana, que revoluções sociais seriam inevitáveis e que a ação humana seria bastante secundária, ou mesmo instrumental, nesse processo predeterminado.

De fato, linhas de pensamento se desenvolveram nesse sentido e, inclusive, já tiveram certa hegemonia no interior do que se convencionou chamar de marxismo, contudo, não se pode inferir tais questões dos escritos diretos de Marx e Engels, assim como não se pode generalizar que toda a produção desse campo teórico-político tenha seguido por aí.

A unidade entre pesquisa teórica e intervenção política que os pensamentos de Marx e Engels seguem ajuda bastante ao crescimento desse tipo de entendimento. Um dos textos mais lidos, não só dos autores, mas um dos textos mais republicados no Mundo, nos últimos 170 anos, foi sem dúvidas o “Manifesto do Partido Comunista”. Observe-se que nesse texto há uma cuidadosa (mas breve) análise teórica do desenvolvimento histórico do capitalismo até então, além de apontamentos importantes sobre a História da humanidade como um todo. Entretanto, trata-se de um panfleto político, foi feito como tal, e dessa feita traz afirmações políticas agitativas, entre essas a certeza do sucesso da revolução proletária e da construção do comunismo. Esse tipo de asseveração está contida não só no manifesto, mas na grande maioria dos escritos desses. É salutar recordar que suas produções não passaram em absoluto pelo crivo acadêmico (e mesmo esse era então muito diferente do que se estabeleceu ao longo do século XX). Foram livros e artigos todos independentes e voltados, sobretudo, para influenciar o movimento comunista e operário de seu tempo.

Ironicamente, é no próprio Manifesto, e logo em seu início, que se pode atestar que a agitação política da dupla de comunistas não é sinônimo de determinismo histórico.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, tem vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (Marx; Engels, 2010, p. 40).

De fato, que as forças produtivas e as relações de produção entrem em contradição é algo inescapável nas sociedades de classes sociais. Ainda assim, a transformação revolucionária da sociedade e a vitória de uma das classes em conflito não é a única possibilidade possível, muito menos há um caminho único, predeterminado ou estabelecido previamente por uma teleologia da História humana.

Novamente, o que se pode inferir é que as condições materiais de produção determinam (ou condicionam), em última instância, os rumos da História, mas de forma alguma estabelecem possibilidades únicas ou mesmo limitadas. Talvez, um bom resumo seja: as condições materiais pavimentam as possibilidades de desenvolvimento do ser social.

Entretanto, nesse ponto surge uma contradição, cuja natureza é sugerida pela convicção de Karl Marx na suplantação inevitável do capitalismo pelo socialismo e, simultaneamente, da extrema relutância em fazer mais que algumas declarações muito gerais sobre como seriam realmente as sociedades socialistas e comunistas. Não se trata somente de bom senso: a capacidade de discernir tendências gerais não implica a capacidade para prever seu resultado preciso em circunstâncias futuras complexas e, em muitos aspectos, desconhecidas. Também indica um conflito entre um modo essencialmente historicista de avaliar como o futuro virá, que supõe um processo contínuo de mudança histórica, e o que até agora tem sido a exigência universal de modelos programáticos de sociedade, ou seja, uma certa estabilidade (Hobsbawm, 2013, p. 37).

Outro aspecto importante para a compreensão é pensar na escala dessa determinação. Veja bem, trata-se da transformação de um modo de produção, que pode durar mais de um milênio,

como o feudal, que pode abranger praticamente todo o território do Globo terrestre, como o capitalista. Não é sequer imaginável que se possa pensar que todas as transformações sociais (ou históricas) sejam condicionadas, única ou mesmo prioritariamente, pelo fator econômico, ou que tenha nas condições de produção sua explicação imanente.

A dialética nega que possam existir em qualquer parte do mundo relações de causa e efeito puramente unívocas: ela reconhece mesmo nos dados mais elementares do real complexas relações de causas e de efeitos. E o materialismo histórico acentua com particular vigor o fato de que, num processo tão plurilateral e cheio de estratificações como é o processo da evolução da sociedade, o processo total do desenvolvimento histórico-social só se concretiza em qualquer dos seus momentos como uma intrincada trama de interações [...]. Quem quer que veja nas ideologias o produto mecânico e passivo do processo econômico que lhes serve de base nada compreenderá da essência e desenvolvimento delas, e não estará representando o marxismo, mas uma imagem deformada e caricatural do marxismo (Lukács, 1997, p.84).

As condições econômicas não explicam exclusivamente o como e o porquê ocorreram a Revolução Burguesa clássica – a Francesa –, que em 1789 era um país ainda bastante agrário e manufatureiro. Não elucida o desenvolvimento filosófico extraordinário da Alemanha nos séculos XVIII e XIX, um país ainda mais atrasado econômica e politicamente. Não esclarece a diferença de tempo para a abolição da escravatura do Sul dos Estados Unidos e do Brasil, dos territórios dominados pelo latifúndio, a monocultura e a escravização da população africana negra. Assim como não elucida a existência das revoluções e experiências socialistas em países periféricos do sistema capitalista ao longo do século XX.

Veja-se que mesmo os exemplos dados são de larga escala, muito menos viável é buscar compreender objetos diversos, seja do ponto historiográfico ou em outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, a partir de qualquer tipo de determinismo econômico. Mais do que isso, o próprio conceito de revolução social diz que os momentos chave de transformação (ou não) e a forma dessa transformação são determinadas pelos aspectos de luta política, no sentido amplo do termo.

3 “Da força da grana que ergue e destrói coisas belas”⁷

Um outro aspecto que merece comentário, para uma compreensão histórico-ontológica da determinação, em última instância, do “fator econômico”, diz respeito ao papel ativo do ser humano, sejam personalidades ou grupos sociais, na ação da História. Já se afirmou aqui que a História nada mais é do que a autoconstrução do ser social, da vida em sociedade, ao longo do tempo. Contudo, ao tratar de conceitos como modo de produção, forças produtivas e relações de produção, pouco ou nada se falou sobre o sujeito ativo nesse processo, o ser humano. Isso não ocorre à toa, diferente da compreensão atomizada/individualizada que uma visão estreita pode ter da ação humana, o estudo sério do ser social, em basicamente qualquer de suas esferas, tende a observar que os seres humanos, ao longo de História, produziram relações e estruturas sociais que fogem do controle individual ou mesmo coletivo de qualquer agente singular.

O Estado moderno, por exemplo, por mais que tenha agentes que têm forte incidência sobre esse, não é um resultado direto de um projeto previamente idealizado por qualquer pessoa, grupo ou classe social. Contudo, o Estado tem existência concreta, tem um papel social, e é

⁷ Verso da Música: "Sampa"; Autor: Caetano Veloso; Intérprete: Caetano Veloso Nome do LP: Muito (dentro da estrela azulada); Número da faixa: 2 Lado: B; Produtora: Phonogram; Distribuidora: Phonogram Local: Rio de Janeiro; Ano: 1978.

determinante na vida da humanidade nos últimos séculos. O mesmo se pode dizer da instituição Igreja Católica ao longo de sua História, mas em especial no feudalismo.

Outro bom exemplo é o conjunto de relações sociais que Marx designou como capital. Ora, não há qualquer tipo de projeto teleológico para a formação disso que se designa capital, contudo, a sua existência é bastante averiguável, assim como a sua lei tendencial de autovalorização, que se impõe como necessidade elementar da sociedade, acima de qualquer outra necessidade social (Marx, 2013).

O desafio – metodológico, a partir do tema deste artigo – é compreender como a existência de relações e estruturas sociais, que escapam ao controle da humanidade, das classes e grupos sociais ou mesmo de qualquer indivíduo, existem, determinam o desenvolvimento do ser social e, mesmo assim, não ferem a compreensão de que a História só pode ser feita pelos seres humanos vivendo em sociedade, ou seja, mesmo essas estruturas e relações sociais são fruto da práxis social.

Para tanto, parece que a compreensão básica do que seja a categoria alienação tenha um papel importante. Ora, alienação é um aspecto que transpassa a vida social, a partir das sociedades de classe e da divisão social do trabalho. Os seres humanos estabelecem uma complexidade na produção e reprodução da vida que segue uma certa lógica interna (leis tendenciais), mas que foge ao controle dos indivíduos singulares. Todos os exemplos mencionados acima são bastante característicos para a compreensão do fenômeno da alienação.

A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de suas ações e intervenção; assim, aquelas formas, e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias, externas, estranhas (Netto, 2015, p. 100).

É interessante observar, por exemplo, que as sociedades divididas em classes sociais geram relações em que existem explorados e exploradores, oprimidos e opressores. Há aqueles que produzem, de forma efetiva, a riqueza que permite o desenvolvimento da sociedade e aqueles que podem usufruir dessas riquezas e que não têm relação direta com a sua produção. Ora, isso não é natural, mas é facilmente observável na História. Contudo, não se pode dizer que essa forma de organização da sociedade seja construída racionalmente, seja previamente idealizada, tenha um autor identificável. Marx (2015), na sua formulação seminal dessa categoria, tratando da relação trabalho alienado e propriedade privada, chega mesmo a afirmar que tanto exploradores quanto explorados são igualmente alienados, são ao mesmo tempo obra e autores dessas relações sociais, mas nenhum das duas classes tem controle sobre o processo social do qual participam.

Em primeiro lugar, é de observar que tudo o que aparece no trabalhador como *atividade de exteriorização, de alienação*, aparece no não trabalhador como *estado de exteriorização, de alienação*. Segundo, que o *comportamento real*, prático, do trabalhador na produção e para com o produto (disposição de animo) aparece no não trabalhador que o enfrenta como comportamento teórico. Terceiro, o não trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si próprio, mas não faz contra si próprio o que faz contra o trabalhador (Marx, 2015, p. 321). (grifos do autor).

Tal constatação é importante, pois a partir dessa é que se pode compreender que boa parte do desenvolvimento do ser social só pode ser estudado e compreendido de forma aprofundada se se levar em consideração uma série de relações e estruturas sociais, que têm existência objetiva, leis (tendencias, pois não são naturais e nem imutáveis) de funcionamento e

interagem entre si e determinam a vida em sociedade. São, sem sombra de dúvida, síntese da ação humana, mas não são resultado direto de uma ação consciente voltada para aquele fim específico.

Aqui cabe um alerta, por óbvio que os exemplos dados anteriormente tiveram, e têm, agentes que operam em sua defesa e em sua construção. Contudo, tais relações e estruturas sociais ganham certa dinâmica própria, independente dos seus agentes, como síntese das relações sociais.

São bastante conhecidos, sendo uma série de autores que escreveram sobre a importância do Estado moderno e como esse deveria se constituir, assim como lutas violentas para a sua consolidação e pela disputa dos seus rumos. Contudo, o Estado realmente existente escapa ao controle de qualquer dos seus agentes, mesmo o melhor teórico e o maior estadista, mesmo ao controle da classe dominante e mais ainda de qualquer dos seus agentes singulares.

No crescimento de governos de extrema-direita, atualmente, há, indiscutivelmente, agentes que operam para essa conquista de espaço, mas qualquer desses agentes não tem controle sobre o porquê de, nessa atual conjuntura, essa proposta política ter de novo ganhado espaço nas democracias de boa parte do Mundo.

Há, assim, no desenvolvimento do ser social, uma produção crescente de riqueza – tanto material quanto imaterial – cujo controle tanto dos seus resultados quanto do próprio processo de produção e de reprodução fogem ao controle dos seus agentes. A humanidade como um todo segue se desenvolvendo e há um enriquecimento progressivo do ser social, mesmo que os seres humanos individualmente (ou enquanto grupo, ou como classe) não tenham controle sobre isso.

Chega-se assim ao resultado de que o homem (o trabalhador) já só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adorno, etc. –, e já só como animal nas suas funções humanas. O animal torna-se o humano e o humano, animal. Comer, beber e procriar, etc. são decerto também funções genuinamente humanas, porém, na abstração que as separa do âmbito restante da atividade humana e delas faz finalidades últimas e exclusivas, elas são animais (Marx, 2015, p. 309).

A alienação é um processo muito complexo, e vai muito além da diferença entre pobres e ricos ou exploradores e explorados. Passa pela compreensão e domínio do ser humano sobre a natureza, e a sua busca por achar significado para isso, em que os mitos e as religiões cumprem papel proeminente.

No entanto, passa também pelo acesso, interesses e gostos adquiridos. Veja-se, como exemplo, que a humanidade alcança um desenvolvimento cultural e tecnológico espetacular nos dias atuais. No Brasil, mesmo com a sua desigualdade social e pobreza extremadas, pode-se dizer que, bem ou mal, a maioria da população tem hoje acesso à internet. Isso não quer dizer, por exemplo, que a partir desse acesso a maior parte da população vá buscar as riquezas culturais produzidas pela humanidade, vá, por exemplo, ler Tolstói ou Machado de Assis, ouvir Bethoven ou Chopin, assistir Bergman ou Tarkovski. Não se trata de medir a importância (ou não) de produções culturais distintas, eruditas ou populares, mas apenas de exemplificar como a riqueza, não só material, mas também cultural, é distribuída de forma bastante desigual, e os determinantes disso vão além da compreensão das disparidades econômicas, apesar de também se partir dessas⁸.

⁸ “[...] a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso a todos os níveis de cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis,

A alienação se generaliza no modo de produção capitalista. Tal fenômeno foi corretamente identificado por Arendt (2011, p. 77):

A época moderna, com sua crescente alienação do mundo, conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo. [...] Essa dupla perda do mundo – a perda da natureza e a perda da obra humana no senso mais lato, que incluiria toda a história – deixou atrás de si uma sociedade de homens que, sem um mundo comum que a um só tempo os relacione e separe, ou vivem em uma separação desesperadamente solitária ou são comprimidos em uma massa. Pois uma sociedade de massas nada mais é que aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre seres humanos que se relacionam ainda uns aos outros, mas que perderam o mundo outrora comum a todos eles.

Marx enxerga, nesse tipo de alienação crescente, uma manifestação específica da forma-mercadoria e sua generalização no modo de produção capitalista. Não se trata apenas de produzir riquezas, relações e estruturas sociais sem que haja o controle dos seres humanos sobre esse conjunto de construções sociais, como em todas as sociedades divididas em classes. No capitalismo, as riquezas, relações e estruturas sociais produzidas, assumem, no campo da aparência, vida própria, características próprias do ser social. A esse fenômeno, no campo produtivo, Marx denominou fetichismo da mercadoria, cujo inverso, espreado para o conjunto das relações sociais pode ser denominado reificação (ou coisificação).

As mercadorias (ou demais estruturas) criadas pelo ser humano aparecem para os demais seres como possuidores de características humanas: é o pão que mata a fome, e não o padeiro e todos os envolvidos para que aquele alimento possa estar nas mesas; é o “mercado” que fica agitado com políticas sociais, e não os multimilionários que querem precarizar as leis trabalhistas e rapinar o Fundo Público do Estado; é “a força da grana que ergue e destrói coisas belas”; etc.

[...] a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 2013, p. 147-148).

Por outro lado, as relações sociais assumem as características de coisas, que apenas são usadas no processo produtivo. O trabalhador, por exemplo, que em sua relação com a natureza ou com a sociedade se realiza, enquanto ser social, por meio da práxis, tem sua atividade eminentemente humana transformada em uma coisa necessária pura e simplesmente para a sua sobrevivência, como meio de obter um salário.

dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (Cândido, 1995, p. 193).

Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas. (Marx, 2013, p. 147-148).

Para o que interessa aos limites deste artigo, basta apontar que a importância da busca pelo ser humano nos estudos de História é o objetivo mesmo desta atividade, como muito bem apontou Bloch (2001, p. 54):

Por trás dos grandes vestígios da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas no máximo um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (Bloch, 2001, p. 54).

Contudo, isso é um processo mais complexo do que parece, afinal de contas esses seres humanos e suas ações não necessariamente aparecem na aparência imediata dos fenômenos. “Seu próprio movimento social possui, para eles, a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de eles as controlarem”. (Marx, 2013, p. 147-148).

Marx, nesses trechos, analisa especificamente a reificação nas relações de produção de mercadorias, contudo, com a universalização da reificação, quase todas as relações sociais no bojo do capitalismo maduro assumem características semelhantes.

[...] porque o que aqui se universalizou na imediatividade da vida social, são os processos alienantes e alienados peculiares ao modo de produção capitalista, os que se encontram na base do mistério da forma mercadoria, que, então, dominam toda a vida social. Tais processos não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e das relações que viabilizam a sua reprodução. Sob o salariato não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades, "produtivas" e "improdutivas"; a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira de quase todos os homens, do útero à cova. E mais, fenómeno peculiaríssimo: a visibilidade do poder opressivo (outro, por exemplo, o patrão capitalista) se esvaneceu - ele é tanto mais eficiente em suas manifestações econômicas, sociais, políticas e culturais quanto menos é localizável: mais funciona, menos é identificável. A ubiquidade desse poder, dessa weberiana autoridade "racional" e sem rosto, se instala nos trilhos por onde escorre o cotidiano (porque, aqui, a vida é o cotidiano, esse produzir-se e reproduzir-se num eterno retorno, numa tautologia plena) - aparece nas ações na bolsa, nos regulamentos, no talonário de cheques, nas portarias, nos documentos, nos certificados, instala-se na parafernália que valida a cidadania. Está em todas as partes e não reside em lugar algum. Escamoteia os fluxos, as continuidades e as rupturas: dá ao viver a sequência da lanterna-mágica - normas, trabalho, lazer etc., tudo é uma mescla inorgânica cujo único enlace é a sucessão no tempo e no espaço: a vida é uma justaposição de objetos, substâncias, implementos. A própria fantasia, infinito do possível, se abastarda: fuga, perde o húmus da historicidade. A ubiquidade do poder - imaterial, gasoso e onipotente - esconde o poder na ubiquidade (Netto, 2015, p. 112-113).

As relações reificadas criam, desse modo, estruturas sociais que fogem do seu controle, mas que agem de forma objetiva, determinando (ou condicionando) a ação humana e dando um certo sentido para a História. Veja-se bem, "por trás dos grandes vestígios da paisagem" se encontra o humano, mas essas paisagens existem e sem desvelá-las não é possível uma compreensão aprofundada do ser social em qualquer de seus complexos parciais⁹.

É esse movimento que a análise de Arendt sobre a crescente alienação do Mundo não alcança. Assim, a autora avalia como utilitarista (e despropositada) qualquer tentativa de encontrar algum tipo de ação histórica. Sobre Marx, por exemplo, a autora diz: "E que mais, além de confusão – uma confusão indulgente para com o próprio Marx, e fatal para seus seguidores poderia ter conduzido à identificação, por Marx, da ação com o 'fazer a história'?" (Arendt, 2011, p. 69).

Seguindo ainda o raciocínio da autora, é ainda mais danoso buscar, nos domínios da História, qualquer tipo de sentido (seja esse alienado/reificado ou não).

O perigo de transformar os "desígnios superiores" desconhecidos e incognoscíveis em intenções planejadas e voluntárias estava em se transformarem o sentido e a plenitude de sentido em fins, o que aconteceu quando Marx tomou o significado hegeliano de toda história, o progressivo desdobramento e realização da ideia de Liberdade, como sendo um fim da ação humana, e quando, além disso, em conformidade com a tradição, considerou esse "fim" último como o produto final de um processo de fabricação (Arendt, 2011, p. 69).

Ora, se a História não pode ter sentido, se essa não pode ser fabricada, para utilizar a expressão empregada pela própria autora, não está sequer em discussão a possibilidade de fazer História de forma consciente, não alienada.

⁹ "[...] todo 'elemento', toda parte, é também um todo; o elemento é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto. Essa complexidade, porém, não elimina o caráter de 'elemento'". (Lukács, 2012, p. 306-307).

Nessa versão do derivar a política da História, ou antes a consciência política da consciência histórica, de forma alguma restrita a Marx em particular ou mesmo ao Pragmatismo em geral, podemos facilmente detectar a antiga tentativa de escapar às frustrações e à fragilidade da ação humana construindo-a à imagem do fazer (Arendt, 2011, p. 70).

A concepção de História apresentada por Arendt se parece muito com a analogia do anjo da História feita por Benjamim¹⁰, arrastado para o futuro pelo vendaval do progresso, com os olhos voltados para trás, mas sem conseguir reconstituir os seus fatos. Ou melhor, nesse caso, sem sequer achar crível essa possibilidade.

Caminho diametralmente oposto parece sugerir Hobsbawm (2013, p. 42):

A história, unidade de passado, presente e futuro, pode ser algo universalmente apreendido, por deficiente que seja a capacidade humana de evocá-la e registrá-la, e algum tipo de cronologia, ainda que irreconhecível ou imprecisa segundo nossos critérios, pode ser uma mensuração necessária disso. Mas mesmo que assim deva ser, onde traçar as linhas de demarcação entre o passado não cronológico e os cronológico coexistentes entre as cronologias históricas e não históricas? As respostas não são, de modo algum, claras.

Observe-se, o autor sugere uma totalidade, mas reforça que não há relação direta, e muito menos cronológica, entre todos os complexos parciais dessa totalidade. Além do mais, aponta o papel direcionador das ânsias do presente no estudo do passado. Benjamim (2022, p. 11) aponta no mesmo caminho:

A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento. “A verdade não nos foge”: essa fórmula de Gottfried Keller assinala, na concepção da história própria do historicismo, precisamente o ponto em que essa concepção é destruída pelo materialismo histórico. Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela (Benjamim, 2022, p. 11).

Em resumo, as relações sociais estabelecidas no seio do ser social, envoltas na reificação, na aparência de autonomização da ação humana, só podem ser compreendidas desvelando essa aparência, evidenciando seu caráter social, mas também apreendendo o sentido que tomam.

[...] quando o pensamento não tem condições de superar o imediatismo e o espontaneísmo, não pode superar a descrição de forma aparente e alcançar a reprodução da essência. Converte então essa forma aparente em fetiche, ao conceder-lhe uma autonomia e universalidade que não possui (Coutinho, 2010, p. 38).

E, a bem da verdade, não se distanciando muito da realidade ou do objeto de estudo, não chega a ser difícil perceber certo sentido que essas relações reificadas tomam. Por exemplo, a tendência das crises econômicas e das ações dos capitalistas para resolvê-las; os rumos antidemocráticos dos Estados nacionais a partir do neoliberalismo; o acirramento de

¹⁰ Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece se preparar para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e as lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já as não consegue fechar. Este vendaval arrasta-o sem parar para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que se chama o progresso é este vendaval (Benjamim, 2022, p. 14).

individualismo estremado e competitividade nas relações pessoais nesse mesmo período; o crescimento vertiginoso do adoecimento mental nos dias de hoje, etc.

Compreender tais fenômenos contemporâneos, por outro lado, é trabalho árduo, mas não há dúvidas de que esses têm influenciado, inclusive, o olhar para o passado, a luta contra o anacronismo deve ser sempre uma preocupação, todavia esses estudos “Talvez possam lançar luz não só sobre o sentido do passado de sociedades anteriores, mas sobre nosso próprio sentido” (Hobsbawm, 2013, p. 42).

4 À GUIA DE CONCLUSÃO: “[...] E A GENTE TEM DE NECESSITAR DE AUMENTAR A CABEÇA, PARA O TOTAL”¹¹

Muito pouco se compreenderá dos processos históricos e dos seres humanos que o presenciaram e agiram sobre esse, sem atentar tanto para as relações sociais reificadas quanto para o resultado fetichizado dessas relações. Muitas tendências teóricas tentaram, e ainda tentam explicar a História a partir do estudo das estruturas, desconsiderando, inteiramente ou parcialmente, de forma direta ou indireta, a ação humana.

Não desconsiderar nenhum dos dois aspectos, e entender as estruturas e relações sociais como resultado, mesmo que não direto, mas sim como síntese, de ações humanas singulares, parece ser o caminho para um método de pesquisa que dê realmente conta da complexidade da interação entre objeto de pesquisa e totalidade social.

De modo que, por exemplo, não se pode compreender o Estado brasileiro no século XX apenas estudando as ações de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek ou mesmo dos militares, assim como não se pode compreender suas especificidades históricas apenas considerando as relações econômicas que envolveram a formação do país.

Assim, pode-se afirmar que há sim uma forte incidência do fator econômico, determinante em última instância, na explicação da realidade social (em especial, na explicação do modo de produção capitalista). Tanto do ponto de vista ontológico, já que as condições materiais de existência é que determinam as possibilidades de desenvolvimento do ser social, quanto do ponto de vista histórico, já que as mudanças históricas drásticas, de modo de produção, ocorrem a partir da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Tal incidência ganha relevância ainda maior no modo de produção capitalista, no qual o fetichismo da mercadoria generaliza as relações reificadas, marcadas pela mercantilização da vida e por uma alienação crescente do Mundo.

No entanto, não há, a partir de Marx e Engels, uma condicionalidade *a priori* do fator econômico como único complexo parcial a ser considerado, sequer há um entendimento de que as forças produtivas não são condicionadas por outros complexos parciais. A própria ideia de revolução social parte de um entendimento contrário a esse.

Nesse sentido, é a busca de compreensão do próprio objeto que pode e deve esclarecer quais as suas principais determinações. Para isso o que se faz fundamental é apreender e conseguir reconstituir, partindo da sua aparência imediata, a sua relação com a totalidade social.

¹¹ Trecho extraído da obra literária Grande Sertão: veredas, de João Guimarães Rosa (1965, p. 115): “Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total. Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente (...). Como é que se pode pensar toda hora nos novíssimos, a gente estando ocupado com estes negócios gerais? Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo. Eu penso é assim, na paridade. O demônio na rua... Viver é muito perigoso; e não é não.”.

Ora, o próprio entendimento de totalidade social é uma chave heurística central para a constituição desse método. A realidade social não é, por esse entendimento, uma colcha de retalhos de experiências singulares e desconexas, essa é uma totalidade social, sempre mais ampla e mais dinâmica do que a possibilidade de apreendê-la, todavia que possibilita o desvelamento das suas conexões principais por meio da pesquisa científica.

Mais do que isso, a totalidade social é formada pela síntese não só de ações singulares, mas também pela síntese de múltiplos complexos parciais, esses também bastante amplos e dinâmicos, porém passíveis de serem estudados.

Isso não quer dizer, em absoluto, que seguir o conjunto de orientações em questão de método postas por Marx e/ou a partir dele, será avalizador de uma pesquisa bem-sucedida. As próprias distorções e gigantesca pluralidade de entendimentos da realidade no interior da tradição marxista já deveriam ser prova disso. Também não há aqui nenhum atestado de que pesquisas que não se guiem pelo referencial marxista sejam equivocadas *a priori*. As fontes de Marx - pelas quais ele demonstrava tanto críticas quanto grandes reverências - mostram isso. Como também o comprovam o desenvolvimento e o avanço da ciência ao longo do século XX, em diversos campos teóricos.

A teoria social, fundada por Marx e Engels, continua fundamental para o desvelamento da forma de funcionamento do modo de produção capitalista, que apesar das suas transformações, continua operando a partir dos fundamentos identificados pelo autor de *O Capital*. Além disso, há ainda nessa teoria social indicações de método de pesquisa que são extremamente válidos e enriquecedores para uma pesquisa científica que se pretenda apreender as principais determinações de um objeto de pesquisa, se quiser considerá-lo relacionado com a totalidade social. Lukács, sobre isso, é sintetizador: “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*” (Lukács, 2018, p. 64). (grifo do autor).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BEHRING, Elaine Rosseti; Boschetti, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução**: 1848-1989. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades, 1995.
- CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2.ed. SP: Expressão Popular, 2010.
- ENGELS, Friedrich. “Carta a Joseph Bloch de setembro de 1890” in **Sobre a literatura e a arte**. Lisboa, Editorial Estampa, 1974, p. 38.
- ENGELS, Friedrich. Brief an Walther Borgius in Breslau (Heinz Starkenburg)(Carta a W. Borgius em Bratislava – Heinz Starkenburg)(25 de janeiro de 1894), in : **Karl Marx und Friedrich Engels Werke (Obras de Karl Marx e Friedrich Engels)**, Vol. 39, Berlim : Dietz, 1968, pp. 205 e s. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels250194.htm>> , acesso em: 18 de jan. de 2024.
- EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

- FREDERICO, Celso. **O jovem Marx**: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LENIN, Wladimir Ilitch. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- LENIN, Wladimir Ilitch. **Três fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. 3 ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2018.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, Gyorgy. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: FREDERICO, Celso. **Lukács**: um clássico do século XX. São Paulo: Moderna, 1997.
- MACÁRIO, Epitácio. (2013). Praxis, gênero humano e natureza: notas a partir de Marx, Engels e Lukács. **Serviço Social & Sociedade**, (113), 171–191. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000100008>.
- MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2015.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.

Data da submissão: 31/10/2024

Data da aprovação: 17/12/2024